



PODER

Aliados em relatorias e avanço da PEC 6 x 1

Após acordo com Alcolumbre e Motta, Lula consegue colocar parlamentares alinhados ao governo à frente das cinco pautas prioritárias para apreciação na semana de esforço concentrado do Congresso. Aziz mantém sem alterações texto do fim da jornada exaustiva

» LUÍZA ALTOÉ
» ARMANDO HOLANDA
» RAPHAEL PATI

O governo terá aliados nas relatorias de todas as pautas prioritárias que devem avançar na próxima semana, no Congresso, conforme acordo feito entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os chefes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O acerto entre os três, pactuado na quarta-feira, visa dar andamento às propostas de emenda à Constituição (PECs) do fim da escala 6 x 1 e da Segurança Pública; os projetos sobre minerais críticos e do Redata, além da medida provisória da taxa das blusinhas.

Um dos relatores é o senador Omar Aziz (PSD-AM), que já apresentou ontem o parecer sobre a PEC do fim da jornada 6 x 1. Ele refutou as emendas apresentadas e manteve, sem alterações, o texto aprovado pela Câmara em maio. O objetivo é acelerar o rito no Congresso, pois, em caso de mudanças, a matéria tem de retornar para o crivo dos deputados.

O relatório de Aziz deve ser primeiro item apreciado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado na próxima quarta-feira. A PEC estava travada na Casa por causa do **mal-estar** entre Lula e Alcolumbre. Nas últimas semanas, porém, os dois selaram a paz. Após alguns encontros, alguns deles informais, Alcolumbre anunciou o destravamento da pauta.

Para ser aprovada na CCJ, a PEC da 6 x 1 depende de 14 votos favoráveis. A oposição, no entanto, ainda tenta impedir a votação, com pedidos de vista. A duração do tempo extra de análise, porém, é determinada pelo presidente do colegiado, senador Otto Alencar (PSD-BA). Ele pode decidir por apenas algumas horas, ou até cinco dias. Mas Alencar é aliado do governo na Casa e já declarou publicamente que dará uma tramitação rápida para a matéria. Depois de aprovado na CCJ, ao texto segue para o plenário do Senado, onde precisa de 49 votos favoráveis nos dois turnos.

Alcolumbre não garantiu a inclusão da PEC na pauta da próxima semana, embora o governo trabalhe nesse sentido. A pressa se deve ao fato de ser a última semana de esforço concentrado antes das eleições. Caso não seja votada agora, a proposta ficará para depois do pleito, o que não interessa a Lula, pois o fim da escala 6 x 1 é uma das bandeiras

Carlos Moura/Agência Senado



O senador Omar Aziz é relator da PEC do fim da escala 6 x 1; e o senador Eduardo Braga está à frente do projeto sobre minerais críticos

Vaga no STF

Lula e Alcolumbre estavam com relações estremecidas desde que o chefe do Planalto indicou para o Supremo Tribunal Federal (STF) o advogado-geral da União, Jorge Messias, contrariando o presidente do Congresso, que queria emplacar o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG).



Reduzi-la (jornada) é, nessa exata medida, providência de justiça distributiva, e não apenas de política laboral"

Omar Aziz (PSD-AM), relator da PEC do fim da 6 x 1

do petista na busca pela reeleição. Como a aprovação da PEC será usada por Lula como um ativo, a oposição trabalha para postergar a votação na CCJ. Parlamentares apresentaram 12 emendas à proposta. Todas foram rejeitadas por Aziz, sob o argumento de que nenhuma delas "corrige vício, supre lacuna ou aperfeiçoa o texto vindo da Câmara". De acordo com Aziz, a PEC veicula um "avanço social de grande

relevância, acompanhado de regime de transição e de salvaguardas aptos a viabilizar a sua implementação de forma responsável". No relatório, o senador defende a mudança na escala de trabalho e relembra que o limite de 44 horas semanais foi fixado em 1988, recaindo, de forma desproporcional, sobre os trabalhadores de menor renda e menor escolaridade. "Reduzi-la é, nessa exata medida, providência de justiça

distributiva, e não apenas de política laboral", sustenta.

Em relação aos impactos esperados no setor produtivo, Aziz argumenta que a proposição não institui uma nova jornada de forma "abrupta e incondicionada, mas a companhia de um sistema articulado de salvaguardas" (**leia Saiba mais**).

Já a PEC da Segurança Pública está sob relatoria do senador Rogério Carvalho (PT-SE). Ele rejeitou todas as emendas e disse que manterá o texto conforme aprovado na Câmara em março. A expectativa é de que a matéria seja votada na CCJ também na próxima semana.

A medida provisória da taxa das blusinhas será relatada pela senadora Leila do Vólei (PDT-DF), como anunciou o presidente da comissão mista que analisará a matéria, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). A MP suspendeu a cobrança de imposto de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50.

Apelo popular

Para a tributação permanecer zerada, a MP precisa ser aprovada na comissão mista e nos plenários

da Câmara e do Senado até 8 de setembro. A matéria é considerada prioritária para o governo pelo seu grande apelo popular às vésperas das eleições. Levantamento da Atlas/Bloomberg de março deste ano revelou que 62% dos brasileiros consideram a "taxa das blusinhas" o maior erro do governo atual. A suspensão do imposto, porém, é criticado pelo setor produtivo (**leia reportagem abaixo**).

O projeto de lei que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e que cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE) será relatado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). O parlamentar afirmou que terá como prioridade "a manutenção da soberania nacional" sobre essas terras raras.

"É um recurso natural não renovável, para que possamos extrair o melhor do valor agregado, gerando emprego, renda e desenvolvimento, absorção de tecnologia, para preparar o Brasil para um futuro de indústria aeroespacial e de data centers", frisou.

Ainda não há uma definição sobre a tramitação da matéria. Ela

Saiba mais

Dois dias de repouso semanal

A PEC do fim da escala 6 x 1 reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas, com limite de oito horas diárias, e assegura dois dias de repouso semanal remunerado, um dos quais preferencialmente aos domingos. A proposta também estabelece que a implementação da medida nos contratos ocorrerá sem redução salarial.

A matéria permite que uma lei complementar institua medidas transitórias de mitigação de impactos a favor dos microempreendedores individuais, das micro empresas, e das empresas de pequeno porte, condicionadas à manutenção dos níveis de emprego.

Segundo a PEC, após dois meses da publicação da emenda, a duração do trabalho normal não poderá exceder 42 horas. Após um ano, a jornada cai para 40 horas.

pode seguir diretamente ao plenário, caso os senadores aproveem um requerimento de urgência, ou passar pelas comissões.

O líder do PSB no Senado, Cid Gomes (CE), será o relator do projeto de lei que institui um Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), também prioridade do governo. A intenção é oferecer incentivos fiscais para empresas que instalem no Brasil ou ampliem datacenters no país, para fomentar a área de tecnologia da informação. A proposta vigorou por meio de uma medida provisória entre setembro de 2025 e fevereiro de 2026, mas perdeu validade após não ser aprovada pelo Congresso.

Na avaliação de Marcos Borin, fundador e CEO da CTC Infra, a indefinição acerca do Redata pode levar empresas a adiar projetos ou direcionar recursos inicialmente previstos para o Brasil a outros mercados. Segundo ele, o Ministério da Fazenda trabalha com um potencial de até R\$ 2 trilhões em investimentos privados ao longo de 10 anos associado ao desenvolvimento da indústria de data centers.

Setor produtivo reclama de MP

Entidades e empresas do setor produtivo intensificaram as críticas à suspensão do imposto de importação para produtos de até US\$ 50, a chamada taxa das blusinhas. A medida provisória editada pelo governo está em vigor desde março e deve ser votada pelo Congresso na semana que vem para manter seus efeitos.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemig) emitiu um posicionamento no qual contesta o fim da taxa. Avalia que a isenção das remessas internacionais de baixo valor reduz a competitividade da indústria nacional. Para a entidade, a discussão sobre a chamada taxa das blusinhas deve considerar os impactos sobre as empresas brasileiras, que

enfrentam uma estrutura de custos elevada para produzir, investir e gerar empregos no país.

Na quarta-feira, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também havia protestado contra o benefício a produtos importados. A entidade divulgou uma pesquisa com os possíveis impactos, caso a isenção seja mantida. Estima que o fim desse imposto coloca em risco a geração de cerca de R\$ 21,8 bilhões em produção doméstica e 109 mil postos de trabalho na economia brasileira somente em 2026.

O gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, explica que determinados setores devem sofrer mais com a taxa do que outros. Ele cita os itens de vestuário e a

indústria têxtil, que luta pela sobrevivência em um mercado quase totalmente dominado pelos asiáticos.

A Coalizão Prospera Brasil, que reúne uma série de entidades do setor produtivo — entre elas, a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (AB-TEX) — também alerta para os impactos na permanência de empregos e para as empresas nacionais. O grupo caracterizou a medida provisória como "um duro golpe em quem produz, vende, investe, emprega, paga impostos e acredita no Brasil".

"A decisão é ainda mais grave porque a crise não se limita ao varejo: atinge também a indústria nacional. O comércio enfrenta recuperações judiciais, fechamento de lojas, redução de investimentos e perda de postos

de trabalho", ressalta.

Presidente da comissão mista que analisará a MP, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou ao **Correio** que "é legítimo, um direito do povo brasileiro, manter o texto". "É assimetria de direitos, porque quando o cidadão viaja para fora, ele tem direito até US\$ 1 mil. O que nós estamos garantindo para o cidadão que não tem poder econômico é US\$ 50", justificou.

Já a senadora Leila Barros (PDT-DF), que assumirá a relatoria, disse ser favorável à isenção da taxa. "Acredito que meu nome tenha sido escolhido justamente pela facilidade que tenho de dialogar com parlamentares de todos os campos", ressaltou, ao **Correio**. (RP)

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Lopes: "É legítimo, um direito do povo brasileiro, manter o texto"